

Ata de Reunião - 28 de julho de 2004

por Cep — publicado 29/07/2004 00h00, última modificação 11/12/2014 13h46

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 28 DE JULHO DE 2004

Local: Palácio do Planalto, Anexo II-B, sala 202

Horário: 11:00 às 17:00

Presentes:

Antoninho Marmo Trevisan
Cármen Lúcia Antunes Rocha
Fernando Neves da Silva
João Camilo Penna
Marcílio Marques Moreira
Maria Victoria Benevides (presidente)

1. Maria Victoria Benevides abriu a reunião dando posse e boas-vindas aos novos integrantes da Comissão, Carmem Lúcia Antunes Rocha e Fernando Neves da Silva, cujas escolhas foram recebidas com satisfação, pela trajetória de trabalho e conceito que angariaram nos seus respectivos meios profissionais e em toda a sociedade. Aos ex-membros Celina Vargas e Piquet Carneiro, cujos mandatos se encerraram, foi decidido apresentar registro de reconhecimento pela competência, empenho e dedicação com que se desincumbiram dos seus misteres.

2. Cármen Lúcia e Fernando Neves agradeceram a recepção e demonstraram a satisfação em integrar a Comissão de Ética Pública.

Foi procedida a leitura e aprovação da ata da reunião de 7.6.2004. Camilo Penna recomendou a conclusão das providências pendentes necessárias para dar conseqüência às decisões tomadas nessa reunião, a saber: a) encaminhamento dos resultados da avaliação da suscetibilidade a desvios aos ministérios da Defesa e das Relações Exteriores, que contam com áreas administrativamente independentes de controle interno; b) apresentação à Casa Civil da nota sobre lobby, com proposta de revisão do decreto que regulou a concessão de audiências por servidores públicos a representantes de interesses privados, para que tenha por foco as autoridades vinculadas ao Código de Conduta da Alta Administração Federal.

3. Conjuntura:

· Pedro Corrêa do Lago e Maria Martha Mayer – A CEP examinou notícias publicadas pela Isto É, sob os títulos “Riqueza Clandestina” e “Parceria Esquisita”, onde informa que força-tarefa da CGU investiga sonegação fiscal e enriquecimento ilícito por parte de 400 funcionários públicos. Entre os citados, Corrêa do Lago, presidente da FBN, e Martha Mayer, ex-diretora do IBGE, que pelos cargos apontados se vinculam ao Código de Conduta da Alta Administração Federal. Deliberou-se no sentido de solicitar :

a) à CGU que informe à CEP sobre os resultados dos trabalhos da força-tarefa que digam respeito a Corrêa do Lago;

b) à Corrêa do Lago que se manifeste em relação às denúncias e, especificamente:

i) se desenvolve atividade no âmbito das empresas das quais é sócio ou representou interesses, formal ou informalmente, junto ao MinC ou Petrobrás ou outras entidades da Administração Pública; ii) se foi beneficiado por projeto amparado pela lei de Incentivo à Cultura no período que se seguiu à posse no cargo de presidente da FBN; iii) que providências tomou em face do Ofício

33, da Secretaria Executiva do MinC, com orientações específicas em relação à participação de servidores ou de entidades das quais participem em projetos culturais. Quanto a Matha Mayer, por ter saído do cargo que a vinculava ao Código de Conduta, entendeu a Comissão que o assunto extravasa sua competência, o mesmo ocorrendo com relação ao questionamento dos atos envolvendo a parceria da FBN com a FMC, e a contratação da LIPE pelo IBGE.

· Luiz Candiota e Henrique Meirelles – A CEP deixou de examinar as denúncias da Isto É referentes a Candiota, uma vez ter sido informada da sua exoneração antes do início da reunião. Quanto a H. Meirelles, foi informado que estaria tomando a iniciativa de ainda naquele dia prestar esclarecimentos à Comissão de Ética, o que se confirmou, ficando o caso para exame posterior.

· Ciro Gomes – Decidiu a Comissão, em vista do que dispõe a Resolução nº 7, sobre a participação de autoridades em eventos político-eleitorais, solicitar que se manifeste a respeito do episódio noticiado pela Agência Folha, sobre ter aproveitado viagem a trabalho para participar da campanha do candidato à Prefeitura de Belo Horizonte, Fernando Pimentel.

· Cássio Casseb – Decidiu a Comissão solicitar esclarecimentos sobre o episódio envolvendo o patrocínio do Banco do Brasil ao show da dupla Zezé de Camargo e Luciano.

4. Declarações confidenciais de informações:

· Marcílio Moreira propôs a revisão do modelo de DCI aprovado pela CEP, para garantir sua simplicidade e suficiência, tendo em vista dificuldades observadas para seu preenchimento e aparente inadequação de parte das informações requeridas para a identificação de situações que suscitem conflito de interesses. A proposta foi aprovada, sendo indicada a Secretaria Executiva da Comissão para o reexame preliminar da DCI, cujas conclusões deverão ser submetidas ao colegiado.

· Pendências: a) Alexandre Silveira de Oliveira, diretor do DNIT, informou em resposta à solicitação da CEP que a empresa Construtora AOS Ltda, da qual é sócio majoritário, está em fase de desativação, quase inoperante, apenas administrando a venda de algumas unidades imobiliárias restantes, e nunca manteve relação negocial com entidade ou órgão do setor público. b) Eli Loria, diretor da CVM, em atenção a recomendações da CEP, que lhe apresentou alternativas para gestão de seus investimentos, informou opção por abster-se de operar junto ao mercado financeiro alterando suas posições, e comunicar de modo fundamentado eventuais movimentações, que se façam necessárias, à Comissão de Ética Pública. c) Marcelo Trindade, presidente da CVM, apresentou nova DCI, conforme solicitado, informando que estará impedido nos processos em que atuou como advogado na Tozzini, Freire, Teixeira e Silva Advogados, sociedade da qual se desligou definitivamente em fevereiro de 2004, antes de ser convidado para presidir a CVM. Também estará impedido em processos em que aquela sociedade atue, que tenham tido origem enquanto dela ainda era sócio. Estará, ainda, impedido em processos que envolvam operações em que tenha advogado após deixar a Tozzini, bem como em todos os casos em que, por qualquer razão, verifique perda de independência para o exame. Esclareceu, por fim, que a sociedade PMF Consultoria e Treinamento atua em área não relacionada com o mercado de valores mobiliários e que da sua parte, por meio dessa sociedade, cuja sócia majoritária é sua mãe, apenas presta serviços de coordenação acadêmica dos cursos de pós-graduação em direito societário da Escola de Direito da FGV, desde março de 2003. d) Ruy Nogueira, subsecretário-geral do Itamaraty, solicitado, discriminou seus investimentos financeiros. e) Victor Hugo Consta Travassos da Rosa, questionado sobre atividades de consultoria que desenvolve, conforme dito na DCI, informou que todos os trabalhos de consultoria que desenvolveu o fez antes de assumir a atual função de diretor da Anvisa. Que ao ser contatado para a função pública, providenciou de imediato a baixa da firma VHT Consultoria. Atualmente apenas exerce o cargo de diretor da Anvisa. f) Eunício Oliveira, ministro das Comunicações, não acusou ter acatado as recomendações que lhes foram apresentadas pela CEP para prevenir conflitos de interesses. A CEP decidiu perguntar-lhe diretamente sobre as providências que tomou em vista dessas recomendações, concedendo prazo de 10 dias úteis para a resposta.

· DCIs do período: O colegiado foi informado das DCIs apresentadas no período. Procurou identificar aqueles que exercem atividades paralelas, têm sociedade em empresas ou negócios, investimentos que possam ser enquadrados entre aqueles vedados, bem como conflitos notificados. Em relação a esses, recomendou que a Sex/CEP apresente as recomendações de

praxe da Comissão, em linha com casos similares analisados anteriormente e com as orientações constantes do “P&R;”. Para a próxima reunião decidiu a Comissão agendar exame das DCIs dos dirigentes do DNIT.

5. “Perguntas e Respostas” – Foram aprovadas as duas questões propostas referentes a clareza de posições (art. 3º do Código de Conduta) no relacionamento da autoridade com outros órgãos e funcionários da Administração Pública, assim como no relacionamento com representantes de interesses privados. No que se refere aos esclarecimentos relativos à participação em programas de milhagem, em atenção a consulta efetuada, o assunto deverá ser objeto de exame final na próxima reunião da Comissão.

6. Informes prestados:

- PPA – O SEx/CEP ressaltou a importância da promoção da ética ter sido inserida como programa específico no PPA. Não obstante, opinou que as ações previstas nesse âmbito, desenvolvidas pela CEP, não são suficientes para resolver o problema da desconfiança da sociedade na conduta ética do servidor, uma vez que se dirigem prioritariamente para a efetividade do Código de Conduta da Alta Administração Federal. Fernando Neves sugeriu seja esse assunto levado para discussão com a Casa Civil, uma vez que resolver o problema identificado pressupõe ação coordenada de diversas entidades do Executivo Federal.
- Nova estrutura da Casa Civil contempla a Secretaria Executiva da Comissão de Ética como órgão singular.
- Simpósio da OCDE – OCDE realizará simpósio específico em setembro para avaliar medidas de promoção da integridade e de prevenção da corrupção no serviço público.

7. Outros assuntos:

- A realização do V Seminário Ética como Instrumento de Gestão foi reprogramada para os dias 8 e 9.11.2004, na ESAF.
- A solicitação de exame pela CEP da crítica aos gastos da Presidência com uso de cartões corporativos foi acatada, tendo o colegiado determinado que a SEx/CEP solicite subsídios à Secretaria de Administração da Casa Civil para que possa se manifestar.
- Cármen Lúcia Rocha ofereceu como subsídio à CEP trabalho em que conclui pelos diferentes contornos que assume a questão da ética conforme o tipo de organização do Estado, e acentua a grande distância que existe entre reconhecimento de um entorno ético e as práticas efetivas no mundo globalizado.
- Marcílio Moreira informou ter iniciado levantamento sobre experiências de monitoramento de bancos centrais, para subsidiar a Comissão em suas decisões. Todos solicitaram que o trabalho tivesse continuidade, reforçado com a colaboração de Antoninho Trevisan.

8. Nada mais havendo a tratar, foi marcada a próxima reunião para 23.8.2004, em São Paulo.

Mauro S. Bogéa Soares
(Secretário)